

**PROCURADORIA****SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL Nº 1033/2025**

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo), www.senado.gov.br e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislação, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, alterada pela Lei Federal nº 12.466, de 24 de agosto de 2011;
- Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;
- Resolução CNS nº 453, de 10 de maio de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.
- Lei Estadual nº 8.975, de 25 de novembro de 1994, que cria o Conselho Estadual de Saúde de São Paulo e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998 (Código Sanitário do Estado de São Paulo), que dispõe sobre normas de promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 12.546, de 7 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto nº 53.990, de 13 de junho de 2013, que confere nova regulamentação à Lei nº 12.546, de 7 de janeiro de 1998, dispondo sobre as competências, a composição, a organização e a forma de funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, bem como sobre a Conferência Municipal de Saúde;
- Lei Municipal nº 13.325, de 8 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a organização de Conselhos Gestores nas Unidades do Sistema Único de Saúde, e dá outras providências;



PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 13.716, de 7 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a estrutura e a criação de cargos de provimento em comissão dos Centros Educacionais Unificados e das Unidades de Saúde municipais; altera a Lei nº 13.325, de 8 de fevereiro de 2002, que institui os Conselhos Gestores nas Unidades de Saúde; autoriza realocação de recursos, e dá outras providências;
 - Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município, e dá outras providências;
 - Lei Municipal nº 14.670, de 14 de janeiro de 2008, que garante a destinação de espaço físico para o desenvolvimento de atividades comunitárias e de promoção à saúde, nas unidades de saúde que especifica, e dá outras providências;
 - Decreto Municipal nº 51.660, de 23 de julho de 2010, que cria, na Secretaria Municipal de Saúde, a Assessoria de Gestão Participativa.
 - Decreto Municipal nº 53.990, de 13 de junho de 2013, que confere nova regulamentação à Lei nº 12.546, de 7 de janeiro de 1998, dispondo sobre as competências, a composição, a organização e a forma de funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, bem como sobre a Conferência Municipal de Saúde
 - Resolução SMS/CMS nº 2, de 22 de dezembro de 2023, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo.
 - Resolução CMS nº 2, de 30 de novembro de 2023, que dispõe sobre a atuação dos conselheiros do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo em visitas e fiscalizações, assegurando o direito de atuação individual e coletiva.
- PL 1034/2025 Altera a Lei nº 12.546, de 7 de janeiro de 1998, para reforçar a competência do Conselho Municipal de Saúde no acompanhamento e fiscalização dos serviços de saúde.
- PL 303/2025 Altera a Lei nº 12.546, de 7 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências.
- PL 386/2010 Altera os artigos 2º e 7º da lei nº 15.198/10. (ref. relatório de prestação de contas e de gestão municipal da saúde)
- PL 385/2010 Altera os artigos 3º, e introduz § único; altera também o § 1º, do art. 4º, da lei nº 12.546/98. (ref. eleição do presidente do conselho municipal de saúde)



PROCURADORIA

PL 674/2008 Dispõe sobre a organização de conselhos gestores nas unidades do sistema único de saúde, e dá outras providências.

PL 905/2003 Dispõe sobre a criação da comissão municipal de medicinas não convencionais, junto ao conselho municipal de saúde, e dá outras providências."

PL 316/2002 "Dispõe sobre a realização de audiências públicas trimestrais sobre os gastos em saúde no Município de São Paulo e dá outras providências"

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 15 de setembro de 2025.

CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068